

# Notas sobre a Produção Têxtil Brasileira no Final do Século XVIII: Novas Evidências de Minas Gerais

*Douglas Cole Libby*

Diretor do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

## RESUMO

*Baseado na análise de uma fonte inédita e em uma releitura dos relatos de viajantes estrangeiros, argú-se que existe evidência suficiente para sugerir que a indústria têxtil caseira era bem mais disseminada no Brasil colonial do que, até aqui, se imaginava. O Inventário dos teares existentes na Capitania de Minas Gerais, elaborado em uma tentativa de executar o famigerado Alvará de 1785, apresenta informações detalhadas sobre aquela indústria que permitem compará-la às fases iniciais da chamada proto-industrialização têxtil européia e demonstram algumas das complexidades da economia colonial voltada para o mercado interno.*

## PALAVRAS-CHAVE

*indústria têxtil caseira, estrutura ocupacional, mercado interno*

## ABSTRACT

*Based on the analysis of an original source and a re-examination of foreign travellers' accounts, it is argued that sufficient evidence exists to suggest that the cottage textile industry was much more widespread in colonial Brazil than has previously been thought.*

*The Inventário dos teares existentes na Capitania de Minas Gerais, elaborated in an attempt to enforce the infamous Alvará of 1785, presents detailed information about that industry which allows for comparisons with the early phases of so-called European textile proto-industrialization and demonstrates some of the complexities of the colonial economy geared to the domestic market.*

## KEY WORDS

*cottage textile industry, occupational structure, domestic market*

Reconhece-se, há bastante tempo, que o último quartel do século XVIII, no Brasil, foi marcado por uma renascença agrícola, na qual as exportações tradicionais expandiram e novos produtos tropicais começaram a entrar no mercado internacional. (PRADO JÚNIOR, 1967; NOVAIS, 1979; ARRUDA, 1980, 1986; ALDEN, 1984) Mais recentemente, as atenções concentram-se nas diversificadas atividades produtivas voltadas para o suprimento do cada vez mais consolidado mercado interno, o qual também caracterizava o período. (BROWN, 1986; BARICKMAN, 1990; FRAGOSO, 1992) Embora a maioria daquelas atividades fossem agrícolas, os ofícios artesanais floresciam e a indústria doméstica parecia estar em expansão, particularmente a indústria têxtil caseira. Ao empreender a releitura de relatos dos viajantes estrangeiros e a análise de uma fonte primária inédita e pouco comum, argüir-se-á que existem indícios suficientes para supor que, de fato, a produção de fios e panos foi muito disseminada por boa parte do Brasil no final do século XVIII. Os dados empíricos também sugerem que esta indústria caseira se assemelhava, de maneira notável, aos estágios iniciais da chamada proto-industrialização européia, muito embora não se possa ignorar que existem algumas diferenças importantes e que a natureza regionalizada da fonte não permita a aplicação dos achados à Colônia como um todo. Como a última observação sugere, trata-se aqui de uma investigação preliminar por meio da qual espera-se estimular novas pesquisas. Mesmo assim, fica salientada a importância em potencial da indústria doméstica para a economia colonial, o que, por sua vez, contribui para a compreensão das complexidades daquela economia.

No Brasil, os panos caseiros, especialmente os de algodão, eram relativamente comuns ao longo do período colonial. (HOLANDA, 1957) Algumas espécies de algodão eram nativas do Brasil e, muito antes da chegada dos portugueses, várias tribos indígenas haviam praticado a fiação e tecelagem desta matéria-prima. (BRANNER, 1885) Na década de 1770 certas autoridades coloniais começaram a advertir que a produção local de panos já ameaçava fazer com que a Colônia ficasse independente das manufaturas portuguesas. (CARVALHO, 1916, p. 8-10) Como parte de uma estratégia que visava proteger as indústrias metropolitanas, a Coroa emitiu o famoso Alvará de 1785, que proibia toda produção têxtil na Colônia, com a exceção de tecidos lisos e grosseiros de algodão.<sup>1</sup> Enquanto alguns historiadores denunciam o Alvará como mais um exemplo da draconiana política mercantil que tanto sufocava o desenvolvimento colonial (PRADO JÚNIOR, 1967, p. 261; LIMA, 1961, p. 167), a interpretação mais

---

1. Para uma transcrição do Alvará ver: CARVALHO (1916, p. 10-11). Deve-se notar que o Alvará foi acompanhado de uma lei que estipulava pesadas penas para contrabandistas que introduzissem tecidos no Reino e que, efetivamente, os produtos de origem britânica representavam uma séria ameaça às manufaturas portuguesas.

aceita hoje é a de que, uma vez que a execução do Alvará resultou no seqüestro de meros treze teares utilizados na tecelagem de categorias proibidas de tecido, tratava-se de uma reação exagerada a um problema essencialmente inexistente. (NOVAIS, 1979, p. 272-4; MAXWELL, 1973, p. 107) Assim, poder-se-ia concluir que a produção têxtil colonial era algo marginal e que o Alvará não passava de uma tempestade em copo d'água.

Tal conclusão, no entanto, deixa certas interrogações sem resposta e ignora o fato de que mais tarde, pelo menos em Minas Gerais, a produção têxtil iria se transformar naquilo que já se descreveu como uma forma peculiar de proto-industrialização. (LIBBY, 1991) Quais eram as dimensões desta indústria caseira no Brasil durante a década de 1780? Ela teria sido negativamente afetada pelo Alvará de 1785 e quem eram os produtores, supostamente marginais, engajados na fiação e tecelagem? Seria possível estimar os níveis de produção e de produtividade? Como teria sido a organização da distribuição dos tecidos e qual o papel da indústria doméstica na economia de subsistência que teria predominado nos setores não-exportadores, se é que tal categorização de cunho camponês pode ser considerada adequada? Infelizmente, dado o atual estado das investigações historiográficas e as fontes disponíveis, as respostas não são nada fáceis. Não obstante, certas observações de viajantes estrangeiros constituem indícios claros de que a produção doméstica de tecidos era relativamente comum no Brasil, no final do século XVIII e início do XIX, mesmo que, até agora, a literatura relevante não tenha destacado tais indicações. Ademais, os indícios parecem demonstrar que o Alvará teve pouco ou nenhum efeito sobre a produção de fios e panos, simplesmente porque o produto final normalmente consistia nos tecidos grosseiros de algodão usados para vestir escravos e para ensacamento, especificamente isentos das proibições. Estas mesmas fontes apontam para a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional e a resultante enxurrada de tecidos oriundos das fábricas britânicas como os fatores decisivos para o solapamento da indústria doméstica nas regiões em que os custos de transporte não sobrecarregavam o preço final das importações.

### *A INDÚSTRIA TÊXTIL DOMÉSTICA NOS RELATOS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS*

Os relatos de viajantes estrangeiros sempre constituíram fontes primárias importantes para os estudos que enfocam o final do período colonial e o Império. Com efeito, em função da escassez ou inacessibilidade da documentação oficial, estes relatos freqüentemente servem como as únicas fontes que lidam com vários aspectos da vida quotidiana da sociedade escravista brasileira. Uma tendência recente entre historiadores tende a enfatizar o enorme potencial empírico de fontes

antes inéditas ou pouco utilizadas, em especial testamentos, inventários *post-mortem*, processos cíveis e crimes, documentação policial e arquivos da Inquisição. (CASTRO, 1995; LARA, 1988; REIS, 1993; CHALOUB, 1990; SOUZA, 1987) Outros têm demonstrado que uma garimpagem mais cuidadosa dos arquivos situados em ambos os lados do Atlântico pode resultar em achados promissores em termos de fontes oficiais e semi-oficiais. (FRAGOSO, 1992) Na esteira de toda essa saudável atividade de pesquisa, o peso empírico dos relatos de viajantes estrangeiros parece ter diminuído, ao mesmo tempo que o eurocentrismo e o racismo que informam suas observações são apontados para questionar a validade das suas considerações sobre a vida no Brasil. (LEITE, 1986) Sem dúvida, os estudiosos devem submeter estas e todas as demais fontes a uma penetrante análise crítica. Não se pode negar, no entanto, que, apesar das possíveis distorções resultantes de suas visões de mundo, os escritos dos viajantes estrangeiros constituem tentativas sinceras de observar e compreender a realidade brasileira. Uma parte daquela realidade, é claro, era a própria História e, de maneira direta e indireta, os viajantes examinaram o passado para entender o presente. Assim, mesmo que os viajantes tenham constituído um fenômeno pós-1808, devido às restrições anteriores que vetavam a entrada de estrangeiros na Colônia, seus escritos levam em conta eventos de um passado mais remoto, bem como processos históricos mais abrangentes.

Um dos mais interessantes dos primeiros visitantes ao Brasil foi o jovem inglês Henry Koster. Ele chegou pela primeira vez a Recife em 1810 e viajou por boa parte do Nordeste durante os próximos 18 meses. De acordo com seu próprio relato, Koster foi facilmente aceito pelas elites da sociedade nordestina, embora seus escritos demonstrem uma marcante simpatia pelos escravos e camponeses livres do interior. Mais tarde, durante sua estada prolongada em Pernambuco, Koster tornou-se, sucessivamente, administrador de dois engenhos de açúcar, de modo que quando partiu permanentemente do Brasil em 1817 possuía um considerável conhecimento da região. Ao comentar sua viagem, em 1810, pela capitania de Paraíba, Koster mencionou que: *“As redes são todas feitas de algodão, e vêm em tamanhos e cores diversos, e de qualidade variada. Aquelas usadas pelas camadas mais baixas são feitas de algodão e manufaturadas no país...”* (KOSTER, 1966, p. 30-1)

Ao descrever a vida no sertão, Koster observou que a típica roupa “de gala” das camponesas eram grandes xales de grosso tecido branco, *“ou feitos por elas ou de manufatura europeia.”* Ele também notou que a fiação e a bordadura figuravam entre as principais ocupações destas camponesas. O inglês ainda informou que:

*“Anteriormente, quero dizer antes do início do comércio direto com a Inglaterra, ambos os sexos se vestiam com o grosso tecido de algodão que é produzido neste país; às vezes, as anáguas feitas com este tecido eram tingidas com uma tintura vermelha, obtida da casca da*

*cipuma, uma árvore nativa da região. (...) Naqueles tempos, um vestido comum de algodão estampado de manufatura inglesa ou portuguesa custava entre oito e doze mil-réis, isto é, de duas a três libras esterlinas, devido ao monopólio do comércio, através do qual os mercadores de Recife cobravam os preços que bem entendiam por suas mercadorias. Porém, desde a abertura dos portos ao comércio estrangeiro, as mercadorias inglesas vêm penetrando por todo o país, e os vendedores ambulantes são muito numerosos.”(KOSTER, 1966, p. 66-7)*

No ano de 1811 Koster viajou à capitania de Maranhão, àquela altura uma das maiores regiões exportadoras de algodão do mundo. Ele relatou a seguinte história:

*“Há sessenta anos nenhum algodão era exportado e ouvi dizer que quando o primeiro lote estava para ser remetido, vários habitantes apresentaram à Câmara um abaixo assinado pedindo que a exportação fosse proibida, pois temia-se que haveria escassez da mercadoria para o consumo local; naturalmente o pedido não foi atendido...”(KOSTER, 1966, p. 80)*

Aparentemente, portanto, algodão e sua transformação em tecido constituíam aspectos essenciais de subsistência no Maranhão antes dos meados do século XVIII quando a região era parcamente povoada e com fracas ligações ao comércio de exportação. Se, de fato, este foi o caso em um virtual posto fronteiriço colonial, o mesmo não teria se verificado em outras regiões do Brasil durante períodos anteriores ou posteriores?

Koster foi apenas um entre os muitos viajantes estrangeiros que fizeram observações acerca da indústria têxtil caseira, embora nenhum dos outros tenha diretamente tratado da importância anterior desta atividade. Durante suas perambulações pelo Brasil, entre 1808 e 1810, o comerciante inglês John Luccock mencionou a importância da fiação enquanto ocupação feminina na cidade do Rio de Janeiro e sua circunvizinhança, encontrou boiadeiros gaúchos vestidos em tecidos de algodão de fabricação doméstica e se impressionou com o progresso da indústria têxtil doméstica nas Minas Gerais.(LUCCOCK, 1820, p. 115, 198, 507-8, 534) No final da segunda década do século XIX, os naturalistas alemães Spix e Martius se surpreenderam com a “*colossal quantidade de pano de algodão muito grosseiro*” remetida de Minas para o Rio de Janeiro, tanto para o consumo daquela cidade quanto para reexportação para outras regiões do Brasil e até para Buenos Aires e Montevideú. Eles notaram que a principal exportação mineira para São Paulo era este mesmo pano, embora também tenham observado que os paulistas produziam um tecido similar. Spix e Martius informaram que praticamente o único produto de exportação de Goiás era, de novo, pano

*de algodão grosseiro, e mencionaram o ativo comércio de panos de algodão para ensacamento largamente fabricados em escala doméstica em Sergipe e na Bahia. Finalmente, deram notícias de 230 teares na cidade de São Luís no Maranhão, informando que a região produzia uma grande quantidade de tecido de algodão grosseiro para o consumo local e exportação à capitania do Pará.”*(SPIX & MARTIUS, 1976, v. 1, p. 61, 79, 106, 125 [citação p. 61]; v. 2, p. 101, 150, 259, 261)

De 1816 a 1823, o naturalista francês Saint-Hilaire viajou muito extensivamente pelas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil e, mais tarde, escreveu vários volumes de relatos. Suas anotações relativas ao comércio de tecidos de lã e algodão produzidos domesticamente e suas observações sobre a fiação e tecelagem, tanto de algodão quanto de lã, foram numerosas. Saint-Hilaire descobriu que os panos de algodão feitos em São Paulo “*encontravam bons compradores em Curitiba*” e que também eram remetidas ao Rio Grande do Sul. (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 186, 203 [citação p. 186]) Quando em visita a esta última capitania ele passou por pelo menos três vilarejos onde produziam-se tecidos de lã. Mais importante ainda, ele informou que o volume de importações do chamado pano mineiro pela capitania do Rio Grande alcançou quase 185.000 metros em 1816. (SAINT-HILAIRE, 1974a, p. 49, 75, 109, 148) Durante sua estada em Goiás o naturalista observou que os habitantes produziam tecidos de lã e algodão e opinou que os cobertores de lã desta capitania eram de boa qualidade. (SAINT-HILAIRE, 1975c, p. 23, 27)

Na capitania de Minas Saint-Hilaire encontrou sinais da indústria têxtil caseira em quase todas as suas paragens. Quando cruzou o norte da capitania, onde, pela primeira vez desde sua chegada no Brasil, foi-lhe permitido contatos regulares com mulheres, o viajante se surpreendeu ao descobrir que praticamente toda a população feminina era engajada na fiação e tecelagem. Embora o produto básico fosse tecido grosseiro, o mesmo era de excelente qualidade devido às fibras longas do chamado algodão Minas Novas que se cultivava em larga escala na região. O tecido era enviado a Salvador e ao Rio de Janeiro, por tropas, para redistribuição a outras regiões da Colônia. O algodão cru de alta qualidade era exportado para Lancashire, mas, significativamente, Saint-Hilaire notou que uma quantidade considerável também serviu para suprir fiandeiros e tecelões nas partes de Minas Gerais onde a plantação do algodão não era bem-sucedida. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 119, 171-2, 184, 189, 228) Parece que a experiência do naturalista no norte o alertou para a importância do algodão e da indústria têxtil doméstica em Minas. Em sua volta ao Rio notou o extensivo plantio de algodão nas regiões central e sudeste da capitania, o qual antes havia ignorado, e registrou a considerável importância da exportação de tecidos a partir do principal entreposto comercial de Minas, a cidade de São João d’El Rey. (SAINT-HILAIRE, 1974b, p. 47, 102, 111) Durante uma segunda viagem por Minas, a caminho de Goiás, Saint-Hilaire percebeu a importância dos tecidos de algodão para o comércio local e inter-re-

gional e examinou os grosseiros panos de lã fabricados no município de Araxá. (SAINT-HILAIRE, 1974c, p. 91,96, 121, 136) Na passagem final pelo sul de Minas, em 1822, o francês novamente encontrou tecidos caseiros de lã e um considerável comércio de algodão cru e panos de algodão. (SAINT-HILAIRE, 1975b, p. 38, 49, 52)

Durante sua estada no Brasil de 1821 a 1823, a aristocrata inglesa, Maria Graham, elaborou uma crônica detalhada dos eventos que conduziram à independência brasileira, mas que também continha suas observações sobre os aspectos mais mundanos da vida cotidiana. Ela notou os ubíquos panos grosseiros de algodão usados para a vestimenta escrava, noticiou que os tecelões da capitania do Espírito Santo eram especializados na fabricação de panos de algodão para vela e foi informada do estado florescente da manufatura têxtil algodoeira de Minas Gerais. Da filha de um plantador de algodão escravocrata da Bahia Graham soube que “*as mulheres do interior fiam e tecem para suas casas e também fazem lindos bordados.*” (GRAHAM, 1824, p. 146, 196-7, 292 [citação p. 292])

No final da década de 1830 o missionário norte-americano Kidder passou pelo porto de Maceió, na província de Alagoas, e informou que a maioria da população feminina fazia rendas. Ele também mencionou que os grosseiros tecidos de algodão continuavam a constituir uma das principais exportações da província de Minas Gerais. (KIDDER, 1845, v. 2, p. 95, 334) No ano de 1867 o diplomata britânico, Sir Richard Burton, elogiou a qualidade dos tecidos caseiros mineiros, mas foi informado que a indústria doméstica havia entrado em declínio em anos recentes. Na Mina de Morro Velho, pertencente a uma companhia inglesa, Burton soube que os administradores imitavam seus vizinhos ao ocupar dezenas de escravas jovens, idosas e enfermas na fiação e tecelagem de algodão transportado de distâncias consideráveis. (BURTON, 1869, v. 1, p. 133-4, 143, 242-3)

Como seria de esperar, estas observações do oitocentos claramente apontam para Minas Gerais como a região que possuía a indústria têxtil caseira mais desenvolvida, com efeito, uma indústria que exportava suas mercadorias para pontos distantes de todo o País. Não obstante, também são reveladoras de vestígios da produção têxtil doméstica em quase todas as regiões do Brasil, do Nordeste ao Sul, incluindo o Sudeste e Centro-Oeste. De fato, a única região não mencionada foi a Amazônia, a qual, de qualquer forma, encontrava-se muito esparsamente povoada. Dada a crescente disponibilidade de tecidos baratos, produzidos nas fábricas da Europa, especialmente ao longo do litoral e nas áreas onde os custos de transporte não oneravam substancialmente o preço final de mercadorias importadas, tais sobrevivências são particularmente notáveis e parecem sugerir que a fiação e tecelagem haviam sido atividades bastante disseminadas durante períodos anteriores. Afinal, a tradição é resistente e nem sempre suscetível às pressões do

mercado. Como se pode inferir de algumas das observações de viajantes, a maioria dos indivíduos engajados na produção têxtil era composta por mulheres, e dados analisados adiante irão confirmar a marcante preponderância da participação feminina. Por enquanto, basta conceder que a fiação e a tecelagem eram incorporadas à rotina domiciliar como “trabalho de mulher” e, enquanto tal, provavelmente se constituíam também em ocasiões apropriados para conversas descontraídas e troca de fofocas entre as mulheres da casa, talvez acompanhadas por vizinhas armadas com suas rocas. Atividades habituais desta natureza poderiam persistir muito depois que as importações baratas houvessem eliminado sua utilidade real. Atividades substitutas levariam algum tempo para ser encontradas. Aqui as observações de Kidder sobre as rendeiras são significantes, especialmente porque sua descrição retrata mulheres sentadas na entrada de suas casas ou nas varandas, engajadas em conversas animadas, enquanto manipulavam suas agulhas.

O ponto deste exercício especulativo é bastante simples. Existe ampla evidência de que as tradições da produção têxtil persistiram em várias partes do Brasil, adentrando o século XIX. As tradições têm de ter uma base nas experiências do passado; no caso em tela, a experiência do passado era a relativa disseminação da produção têxtil doméstica. Ademais, tal disseminação da produção têxtil, mesmo que não estivesse efetivamente competindo com a indústria metropolitana, despertou temores na administração colonial e finalmente conduziu ao Alvará de 1785. Estas considerações contribuem pouco para responder às indagações levantadas anteriormente, mas estabelecem, de maneira indireta, a existência de algum tipo de indústria têxtil caseira no Brasil ao final do século XVIII.

### *O “INVENTÁRIO DE TEARES EXISTENTES NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS”*

Como já se mencionou, pautadas no Alvará, as autoridades coloniais chegaram a seqüestrar alguns poucos teares. A maioria fora localizada na cidade do Rio de Janeiro e era utilizada na tecelagem de panos de luxo que continham fios de ouro e/ou prata. (NOVAIS, 1979, p. 272-3) Não obstante seu limitado alcance, estes seqüestros indicam que houve uma certa tentativa de cumprir as injunções do Alvará. Parece provável, portanto, que além das conhecidas lamentações dos altos escalões burocratas sobre a difusão da indústria os esforços empreendidos no sentido de executar a lei tivessem gerado algum tipo de documentação relativa à produção têxtil doméstica. Pela lógica, deveria ter havido tentativas de quantificar e qualificar a produção e, de fato, foi isto que aconteceu. Idealmente, deveria ter havido um arrolamento completo de todos os teares coloniais. Mas, como se sabe, a distância entre o ideal e o real no mundo colonial era considerável. Dado que já se conhece

razoavelmente bem a indústria têxtil caseira de Minas Gerais no século XIX, teria sido particularmente gratificante encontrar fontes relativas a outras regiões brasileiras do setecentos. Até agora, infelizmente, isto não ocorreu. O que recentemente se tornou disponível aos pesquisadores é um conjunto de arrolamentos de teares intitulado *Inventário dos teares existentes na Capitania de Minas Gerais*, elaborado em 1786.<sup>2</sup> O *Inventário* cobre aproximadamente metade da capitania de Minas Gerais.

No dia primeiro de agosto de 1786 o governador de Minas Gerais emitiu uma circular solicitando certas informações aos comandantes da milícia colonial de cada uma das oito vilas da capitania. Por sua vez, os comandantes reproduziram a circular e as cópias foram remetidas aos principais oficiais de todos os distritos das vilas. Ainda não se encontrou nenhum exemplar da circular, mas, ao analisar as respostas que chegaram a Lisboa, fica claro que as informações solicitadas se relacionavam com esforços visando à execução do Alvará de 1785 por meio de um arrolamento de teares. Tendo em vista as dificuldades inerentes à administração de um território tão vasto, não causa surpresa que as respostas variavam consideravelmente, tanto em termos da qualidade quanto da quantidade das informações fornecidas. De modo geral, as respostas tomaram a forma de listas nominativas, assim identificando os proprietários dos teares, às vezes de maneira muito detalhada, mas normalmente mencionando apenas o sexo e estado civil (também anotaram-se as origens raciais com uma certa frequência). Quando um indivíduo possuía mais de um tear, o fato foi devidamente registrado, embora, como se verá logo em seguida, tais casos fossem extremamente raros. Os tecelões também foram identificados de acordo com sua origem racial e seu relacionamento com o proprietário. Muitas vezes, dois ou mais habitantes do domicílio foram registrados como estando “ocupados com o tear”. Como resultado, diversas combinações de parentes, escravos e dependentes (sem parentesco) do proprietário foram arrolados como tecelões, embora pareça quase certo que a maior parte destes indivíduos estivesse engajada na fiação em vez da tecelagem. A maioria das respostas indicou o tipo de tecido(s) produzido(s) e há indícios de que uma razoável quantidade de amostras de panos acompanhou as listas. A produção anual dos teares foi registrada em um pouco mais que dois terços dos casos. Apenas 4% dos casos deixaram de incluir informação relativa ao destino dos tecidos produzidos, sendo que a distinção básica foi entre consumo próprio e venda no mercado. Que

---

2. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1786, manusc. O APM possui uma cópia em microfilme do original que pertence ao Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Uma transcrição do *Inventário* aparece em *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano XL, 1995. Dorovante, as referências às respostas distritais irão aparecer da seguinte forma: RAMP, 1995, seguida pela paginação apropriada.

tal informação tenha sido fornecida com tanta regularidade parece sugerir que a mesma fosse enfaticamente solicitada na circular original, o que, por sua vez, indica que a principal preocupação da administração colonial talvez mirasse a crescente comercialização dos tecidos brasileiros. O inventário de Minas, porém, incluiu poucos teares produzindo para o mercado. Assim, embora a circular provavelmente solicitasse, de maneira insistente, informações sobre a renda gerada pela venda de panos, tais registros foram muito raros.

O arrolamento apresentado no *Inventário dos teares existentes na Capitania de Minas Gerais* é incompleto. Existem respostas na forma de listas nominativas de quatro das oito vilas então estabelecidas. Nem todos os distritos de cada vila foram representados nas respostas. As respostas das vilas de São João d'El Rey e Vila Nova da Rainha parecem ter sido bastante completas, e as de Sabará e Minas Novas apenas parciais. Os distritos de Sabará e Vila Nova da Rainha se espalhavam pelo norte e oeste, de modo que a melhor parte da área coberta se situava fora da região mineradora central. O território de Minas Novas incluía a vasta e esparsamente povoada região norte da capitania. São João servia como o centro administrativo da região sul de Minas. Dessa forma, o *Inventário* incluiu alguns centros urbanos, mas a maioria dos distritos arrolados era rural. Ficaram excluídas grandes parcelas da densamente povoada região mineradora e da região oeste, mais dedicada à agricultura. Totalmente ausentes foram as regiões noroeste e sudeste, ambas de pouca expressão demográfica na época. Uma vez que inexistem censos confiáveis, torna-se difícil determinar que proporção da população da capitania residia nos distritos arrolados, mas, de novo, aproximadamente 50% pareceria ser um estimativa razoável. É particularmente frustrante que não se tenha conhecimento de censos locais que correspondam às listas nominativas do *Inventário*, pois assim não é possível calcular a porcentagem de domicílios que possuíam teares para ao menos alguns distritos. Apesar de tais limitações, os dados contidos no *Inventário* formam uma base que permite debruçar-se sobre uma indústria caseira colonial.

### A PRODUÇÃO TÊXTIL EM MINAS EM 1786

O *Inventário* é composto por um total de 63 respostas distritais à circular. Cinquenta e nove das respostas tomaram a forma, ao menos parcial, de listas nominativas, incluindo 1242 domicílios e 1248 teares. Como já se ressaltou, certamente havia mais de 63 distritos nas quatro vilas arroladas, mas, mesmo assim, a cobertura global foi mais ou menos extensiva.

Mesmo as respostas que não listam os domicílios separadamente atestam para o fato de que a fiação e tecelagem eram atividades comuns na capitania. Após mencionar apenas um domicílio, no qual três filhas, sua mãe e três escravas produziam, por encomenda de terceiros, finas toalhas de mesa, um oficial do norte da capitania continuou relatando que:

*“...os mais teares que ha no destricto, desta Vila, são de humas pessoas tão pobres, que alguma Vara de pano, que tesem para o buzo, e trafico de sua casa, que pelo pouco exzerçio que lhes dão, se não fas mensão deles.”*(RAMP, 1995, p. 76)

Uma outra resposta do norte afirmou que:

*“...Emcoanto a fabricas de tesumez não há neste destrito, sim quem tem seus Algudoinz tesse, ou manda teçer pano Lizo para os vestuarioz de sua casa, e apenas ha quem venda Algumaz varaz e tudo Lizo e asim não ha fabricas em que atualmente se ocupem.”*(RAMP, 1995, p. 86)

Truncadas ou não, estas respostas revelam algumas das principais características da indústria têxtil caseira nas Minas do final do setecentos, as quais serão verificadas adiante. As respostas sugerem que a força de trabalho era predominantemente feminina, que os panos eram normalmente consumidos dentro do próprio domicílio, que a fiação e tecelagem poderiam ter sido atividades intermitentes ou sazonais e que a comercialização era, quando muito, irregular.

As respostas das listas nominativas começam com a denominação do proprietário do tear, em geral o homem chefe de domicílio, embora as mulheres constituíssem um quarto dos proprietários. Em pouco mais de 38% dos casos não se fez menção do estado civil ou traços raciais dos proprietários e em outros 23% estes eram designados simplesmente como homens ou mulheres casados. Ao mesmo tempo, as 37 outras categorias de combinações de sexo, estado civil e tonalidade da cor da pele contidas no *Inventário* fazem com que uma análise detalhada dos proprietários seja extremamente complexa e sem grande significado. Basta salientar que o rol de proprietários incluía desde os homens brancos casados até mães solteiras pretas, embora, dada a estrutura social predominante, não surpreenda que aqueles provavelmente constituíram o maior grupo proprietário entre as diversas categorias. A divisão da propriedade de teares por sexo aparece na Tabela 1.

TABELA 1 - PROPRIETÁRIOS E TEARES POSSUÍDOS, POR SEXO, 1786

	Proprietários	%	Total de Teares	%
HOMENS	932	75	936	75
MULHERES	310	25	312	25
TOTAIS	1242	100	1248	100

Fonte: *Inventário dos Teares existentes na Capitania de Minas Gerais*. Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 1786, manusc., microfilme.

O que se destaca na Tabela 1 é a extrema raridade de domicílios com mais de um tear. De fato, estes eram apenas cinco: um com três teares e quatro com dois. A implicação pareceria ser que, em 1786, a produção têxtil mineira se encontrava em estado incipiente. Haverá ocasião para confirmar tal hipótese quando do exame das cifras relativas ao volume de produção.

Tecelões ou grupos de tecelões foram identificados em 1120 domicílios. Novamente, deve-se insistir que as expressões utilizadas nas respostas significam que a força de trabalho se dedicava à tecelagem e à fiação. Ademais, deve-se aplicar à fiação, que certamente ocupava a maior parte do tempo dos grupos de trabalho domiciliares, o conceito *lato sensu*. Os teares “ocupavam” muito mais trabalhadores na preparação dos fios, freqüentemente incluindo a separação das sementes e a cardagem do algodão cru, além da fiação propriamente dita, que na tecelagem em si. O *Inventário* contém nada menos que 42 categorias de tecelões e grupos de tecelões nas quais o critério predominante de classificação diz respeito ao relacionamento com o proprietário (isto é, a classificação racial e estatisticamente insignificante). Listagens de tecelões, tais como “suas filhas”, “ela e suas irmãs”, ou “algumas escravas”, dificultam qualquer tentativa de quantificar a força de trabalho. Não obstante, uma classificação de tecelões e grupos de tecelões em termos de seus relacionamentos com o proprietário do tear, incluindo escravos enquanto propriedade, permite um exame bastante pormenorizado dos trabalhadores têxteis. A Tabela 2 considera todos os tecelões como grupos, mesmo grupos de um, para que se possa elaborar uma classificação que salienta a orientação familiar e domiciliar da produção têxtil em Minas no final do século XVIII.

Emerge, com toda clareza, na Tabela 2 a enorme preponderância de mulheres trabalhadoras nesta incipiente indústria têxtil caseira. Na verdade, uma vez que 20 dos casos classificados como “outros” eram mulheres não identificadas com relação aos seus relacionamentos com os proprietários dos teares, o total de grupos de trabalho exclusivamente femininos alcança 96,1%. Trata-se ainda, no entanto, de uma provável subnumeração. Os arrolamentos que listam os proprietários homens como tecelões são um tanto quanto ambíguos, e é possível que a maioria destes teares, senão todos, fossem manipulados por moradoras dos domicílios

(hipoteticamente elevando a proporção de mulheres trabalhadoras para 99,2%). A ambigüidade decorre do uso, no manuscrito, do verbo no impessoal - “*possui um tear em que se tece*” - o que pode significar ou que o próprio dono do tear tecia ou que a tecelagem era realizada por outros residentes do domicílio. A última interpretação não só é plausível como mais provável, pois os oficiais militares incumbidos de elaborar os inventários distritais talvez tenham julgado desnecessário estipular que apenas as mulheres do domicílio se envolviam na produção de fios e panos, uma vez que isto obviamente constituía a norma.

**TABELA 2 - GRUPOS DE TRABALHADORES POR RELACIONAMENTO COM O PROPRIETÁRIO DO(S) TEAR(ES) E SEXO, 1786**

Classificação de Trabalhadores por Relacionamento com o Proprietário	Nº de Domicílios	% de Domicílios
Proprietárias de teares	118	10.5
Esposas	247	22.1
Filhas	283	25.3
Esposas/mães e filhas	106	9.5
Mulheres escravas	156	13.9
Outros membros femininos do domicílio*	30	2.7
Membros femininos do domicílio e mulheres escravas	115	10.3
<b>(Total de grupos femininos)</b>	<b>(1055)</b>	<b>(94.3)</b>
Proprietários de teares	34	3.1
Filhos	2	0.1
Homens escravos	4	0.3
Outros membros masculinos do domicílio*	2	0.1
Membros masculinos do domicílio e escravos	1	0.1
<b>(Total de grupos masculinos)</b>	<b>(43)</b>	<b>(3.7)</b>
Homem e mulher	1	0.1
Outros**	21	1.9
Totais	1120	100

Fonte: Ver Tabela 1.

\* Estas categorias incluem parentes, tais como irmãs, sobrinhas, primas e noras, bem como residentes sem parentesco direto, tais como apadrinhados, enjeitados e agregados.

\*\* Vinte dos casos envolviam mulheres não identificadas, algumas de outros domicílios, e um caso de crianças cujo sexo não foi especificado.

Trechos extraídos de algumas das respostas demonstram o quanto tal norma era geral. Quase todas as mulheres sem identificação mencionadas acima constam da resposta de um único distrito, que diz laconicamente: “*As pessoas que neles [os teares] se ocupam são tão somente mulheres assim forros como cativos e de todas as qualidades.*” (RAPM, 1995, p. 136) Uma segunda resposta registrou a inatividade de um tear da seguinte maneira: “*já não tesse, porque já não tem Mulher, nem filhas.*” (RAPM, 1995, p. 95) Um outro oficial informou que: “*Há tão bem muntos homens*

*donos de roSas que tem seu tear para teSer algum fio de algodam fiado por Mulher, filhas, e crianSas inuteis para o trabalho do campo...*” (RAPM, 1995, p. 126) Ainda mais explícita é a seguinte observação:

*“...por que neste manufatura não são fabricas de negocio, ou comercio, nem nela se Ocupão escravos de serviso ou Lavra que comunmente se ocupão as mulheres que não podem trabalhar em Lavras ou rosas.*

*...E se julga foy esta industria de Teares inspirada por Deos para remedio dos mesmos pobres miseraveis.*

*As utilidades que se tirão dos ditos tessumes são de terem ocupação as praças vagas que são as mulheres, O grande numero delas que tem hoje estas Minas, e cada vez mais se multiplica e não terem outro modo Licito em que se ocupem; e com estas Limitadas Varas que fabricão de pano ajudão a conservação de suas fabricas que quazi todas se achão empenhadas com dividas aos comercios, e real fazenda pelas diminutas conveniencias que se exprimenta neste continente.”*(RAPM, 1995, p. 121-2)

Voltar-se-á a estes trechos, pois são indicativos de vários aspectos da produção têxtil no período em tela. Para o momento, no entanto, destacam-se dois conceitos interligados e de certo modo pejorativos. Em primeiro lugar, a fiação e tecelagem foram relegadas ao *status* de “trabalho de mulher”. Ademais, tal *status* decorria da suposição de que as mulheres eram inaptas ao trabalho “digno” na agricultura e na mineração<sup>3</sup>; na ausência da indústria caseira, as mulheres constituíam braços ociosos (e também desordeiros social e moralmente?). Por implicação, dissociavam-se os gêneros nas lides produtivas ou, em outras palavras, impunha-se uma rígida divisão sexual do trabalho. Novamente, a Tabela 2 corrobora esta noção. Uma dupla formada por um casal representa o único grupo sexualmente misto encontrado em todo o *Inventário*. Nos nove outros casos em que homens inquestionavelmente participavam da fiação e tecelagem os grupos de trabalho eram exclusivamente masculinos. Pelo menos no lugar de trabalho evitava-se a mesclagem dos gêneros. É difícil identificar as origens desta divisão sexual do trabalho, mas pode ser que

3. Deve-se notar aqui que estes oficiais obviamente estavam exagerando, pois várias das listas nominativas explicitam que mulheres, tanto livres quanto escravas, não apenas fiavam e teciam, mas também trabalhavam nas plantações e cuidavam dos rebanhos, além de desempenharem outras tarefas domésticas. É verdade que não se encontrou qualquer menção da participação feminina na mineração. A implicação é que, por uma razão ou outra, os homens ansiavam por limitar o raio ocupacional do trabalho de mulher.

estivesse em curso um conflito de gênero relacionado à transição de uma sociedade mais fluida, baseada na mineração, para outra mais sedentária, pautada na agricultura e na indústria doméstica.<sup>4</sup>

O contraste com a experiência da indústria têxtil caseira na Europa não poderia ser mais marcante. É verdade que fontes tão ricas em detalhes, como o *Inventário*, raramente são encontradas pelos estudiosos da proto-industrialização europeia. Não obstante, por definição, em todos os seus estágios a indústria doméstica de cunho proto-industrial foi um empreendimento plenamente familiar no qual o marido, a mulher e as crianças aptas ao trabalho participavam. (MEDICK, 1981, SCHLUMBOHM, 1983; GULLICKSON, 1991; VARDI, 1993, p. 130-39) Se tal preconceito contra a entrada de homens na produção têxtil era uma característica geral no Brasil ou apenas uma peculiaridade da região mineira ainda não se sabe. Já se argüiu que, pelo menos parcialmente, o desinteresse masculino na indústria têxtil doméstica teria obstaculizado qualquer evolução em potencial em direção ao sistema fabril durante o século XIX. (LIBBY, 1993) É curioso verificar que esta combinação de preconceito e desinteresse já se fazia presente na fase inicial da indústria.

Que o Alvará foi inócua, pelo menos em Minas Gerais, fica bem claro quando se examinam as respostas relativas ao tipo de pano produzido. Nada menos de 94,8% dos casos válidos aludiram aos panos lisos de algodão, a maioria dos quais quase que certamente eram da variedade grosseira, embora provavelmente houvesse alguma variação quanto à delicadeza da tecedura. A segunda categoria mais freqüente, importando em mais 3% dos tipos de panos registrados, era uma mistura de algodão liso com algodão desenhado. O significado de desenhado não é claro; pode ter envolvido o uso de fios coloridos ou simplesmente panos brancos com relevos. De qualquer forma, não há indícios de que esta variedade de tecido constituía uma violação das proibições. Os demais 2,3% de tecidos registrados também eram misturas: no mais das vezes teceduras que combinavam fios de algodão com os de lã, nas quais a lã servia apenas como decoração, mas também alguns fustões. Estes últimos claramente teriam constituído uma violação do Alvará. Não existe nenhum comentário a respeito nas respostas, de modo que o linho

---

4. Um estudo recente, focalizando as negras forras no setecentos mineiro, demonstra que as escravas alforriadas eram extremamente bem-sucedidas ao manter suas famílias por meio de atividades comerciais, normalmente a venda, ambulante ou não, de comestíveis, embora algumas conseguissem se tornar donas de vendas propriamente ditas e de outros pequenos empreendimentos. Já no final do século XVIII as autoridades municipais tentavam restringir tais atividades. No contexto da transição, tais restrições talvez refletissem um certo conflito de gênero que, em última instância, visava a exclusão de mulheres do setor terciário. É digno de nota que a participação feminina no comércio em Minas na década de 1830 era mínima. (PAIVA, 1995; LIBBY, 1988, p. 74-83)

talvez tenha sido usado apenas como decoração. A ausência de tecidos de lã e linho puros é conspícua e, diante da enorme preponderância dos algodões lisos, talvez tenha tornado as misturas perdoáveis. Em última instância, a relativa estreiteza do leque de variedade provavelmente refletia o estágio incipiente da indústria caseira em Minas e, com efeito, talvez a distinguisse das de outras regiões brasileiras.

A produção anual foi registrada para um pouco mais de dois terços dos domicílios. Não há dúvida de que as quantidades anotadas eram estimativas, pois a prática de arredondamento se torna óbvia quando a produção domiciliar é arranjada em ordem ascendente de magnitude. A Tabela 3 sintetiza os dados disponíveis.

TABELA 3 - PRODUÇÃO TÊXTIL ANUAL DOS DOMICÍLIOS, 1786

Produção domiciliar anual em varas*	Domicílios	%	Produção total em varas	%
Até 20	196	23.3	3146	8.0
De 21 a 30	182	21.7	5127	13.0
De 31 a 40	136	16.2	5263	13.4
De 41 a 50	114	13.6	5578	14.2
De 51 a 60	71	8.5	4156	10.6
De 61 a 70	32	3.8	2169	5.5
De 71 a 80	35	4.2	2776	7.0
De 81 a 100	27	3.2	2652	6.7
De 101 a 200	38	4.5	5811	14.8
De 201 a 500	9	1.0	2690	6.8
Totais	840	100.0	39368	100.0

Fonte: Ver Tabela 1.

\* Uma *vara* equivale a 1.1 metro.

Não pode haver indício mais claro do estágio incipiente da indústria têxtil caseira em 1786 do que o fato de ela ser dominada por pequenos produtores. Os domicílios que produziam até 50 varas (55 metros) por ano constituíam quase três quartos de todos os casos (74,8%) e eram responsáveis por pouco menos da metade (48,6%) da produção total. Como se verá adiante, grande parte da produção em escala pequena era consumida pelos próprios domicílios produtores. Nesta fase, então, a indústria permanecia basicamente no nível de subsistência, e o mesmo se verificava até para a maioria dos domicílios produzindo mais de 50 varas por ano. A implicação é que os teares não operavam a plena capacidade e que havia um considerável potencial para crescimento. Algumas das respostas distritais contêm observações que corroboram a noção de que a tecelagem, junto com a fiação, eram atividades realizadas em tempo parcial, normalmente durante apenas uma parte do ano, ou ao longo do ano, apenas à medida que sobrava tempo dos demais afazeres domésticos e agrícolas. Duas anotações do distrito de São Domingos, no norte, ilustram bem este último caso.

*“Ignacio Alvares dos Santos Homem cazado tem tiar que tesse pano Lizo e grosso ocupa hua crioulla nezte trabalho que tesse para sua caza e de alguns que lhe dão o fio persebendo os ditos 30 reis por cada vara maz tambem não é sempre este trabalho por não haver sempre os fios e ocupar a dita crioulla também em o serviços de rossa.”(RAPM, 1995, p. 66)*

*“Alexandre da Cunha Braga Homem cazado também tem Tiar que tessem pano Lizo e ocupão nizto suaz filhas para sua caza por que mais gente não tem [isto é, não possuía escravos] e plicão mais tempo em rossa para sua suztentação.”(RAPM, 1995, p. 68)*

O oficial de Paraupeba, um distrito ligado à Sabará, iniciou suas observações conclusivas da seguinte forma:

*“Declaro que nestes tesumes destes teares não se ocupão actualmente todo o ano as tecedeiras, e fiadeiras, mas sim interpolados em alguns mezes do ano, a primeira cauza pela falta de Algodomens que não produz com abundancia neste distrito por cauza do frio que os desepa [sic]; e parte se compra em outros Paizes a Onde ha mais abundancia dele para fabricarem Os panos ditos asima.”(RAPM, 1995, p. 121)*

De Cocais, um distrito sob a jurisdição da Vila Nova da Rainha, a observação era:

*“Todos estes tiares [o total para o distrito era de 15] o mais do tempo não tecem, de forma que dous ou tres a tecerem continuamente em hum anno tecerão tanto, ou mais, que todos os nominados no decurso do dito anno.”(RAPM, 1995, p. 124)*

Na sua resposta, o oficial de São Miguel do Piracicaba, também ligado à Vila Nova da Rainha, anotou cuidadosamente o número de meses do ano nos quais cada tear era utilizado. Os períodos variavam de um mês e meio a doze meses, enquanto a média ficou em 4,5 meses. O oficial não mencionou as quantidades produzidas. (RAPM, 1995, p. 69-72) Para o distrito de Brumado da Paraupeba, tanto o número de meses de operação dos teares quanto a produção anual de cada tear estão disponíveis. A periodicidade era menor (de um a cinco meses), enquanto que a produção anual variava de 20 a 80 varas. A produção média mensal de cada tear era de 15,9 varas. Esta cifra, no entanto, não representava plena capacidade mensal, pois o meticuloso oficial também informou que, mesmo nos períodos de operação dos teares, as mulheres ainda se ocupavam com outros afazeres domésticos e trabalho nas plantações. Dado que a produção anual mediana por domicílio,

calculada a partir da Tabela 3, era de 40 varas, a cifra média de Brumado do Paraupeba poderia indicar que o típico tear mineiro operava durante aproximadamente dois meses e meio no ano.

Estes padrões de temporalidade do trabalho têm paralelos nos estágios iniciais da proto-industrialização europeia e sublinham a relação íntima entre a produção têxtil doméstica e a agricultura de subsistência. (KRIEDTE, 1981; VARDI, 1993, p. 130) Cifras sobre a produção raramente estão disponíveis para os estudiosos das fases incipientes da proto-industrialização na Europa, o que dificulta comparações. De novo, o potencial para crescimento, via alocação de mais horas de trabalho à fiação e tecelagem, fica bastante óbvio.

Como demonstra a Tabela 3, em 1786 alguns domicílios já chegavam bem perto da plena capacidade dos teares. O caso mais extremo e, ao mesmo tempo, mais raro, foi registrado no distrito de Santo Antonio da Itacambira, no norte, onde *“Manuel de Oliveira fabrica panos pintados abrilhantados com abundancia, em sua oficina occupa quatro escravos; que poderá vender dos ditos panos e dos Lizos 400 varas the 500.”* Pode-se especular que, à medida que destinava quatro escravos à produção têxtil, Oliveira deveria possuir um grande plantel de escravos, embora não seja impossível que a venda de tecidos mantivesse todo o domicílio. Não há menção da renda obtida por meio da comercialização dos tecidos. De qualquer forma, este caso é verdadeiramente raro, pois constitui o único grupo de trabalho composto exclusivamente por escravos homens. Dois domicílios em Santo Antonio da Itacambira produziam, conjuntamente, 350 varas por ano para serem vendidas, além de uma quantidade não revelada destinada ao consumo próprio. Um total de dez escravas estavam engajadas na produção, obviamente incluindo fiandeiras e teceadeiras, embora estas atividades não ocupassem todo o tempo de trabalho das cativas. (RAPM, 1995, p. 82)

Ao examinar os domicílios mais produtivos, não há indícios claros de correlação entre a magnitude da produção, o destino dos tecidos ou a composição da força de trabalho. Dos 33 casos nos quais produziam-se acima de 150 varas anualmente, em 13, pelo menos, uma parte dos tecidos destinava-se à venda no mercado. Quatro dos grupos de trabalho incluíam escravos e outros sete eram compostos por mulheres livres. Nos dois outros casos os proprietários foram listados como tecelões - uma designação questionável e já discutida. Vinte dos 33 domicílios produziam exclusivamente para consumo próprio. A fiação e tecelagem eram, parcial ou inteiramente, de responsabilidade de escravas em 11 casos, enquanto em outros nove o trabalho era de mulheres livres. Não obstante, a escravidão quase certamente permeava todos estes casos. Em primeiro lugar, a maior parte dos tecidos consumidos nos domicílios foi usada para vestir grandes ou médias posses de escravos, pois não existe qualquer outra explicação plausível para um consumo interno tão elevado. Em segundo lugar, mesmo nos domicílios em que os grupos de trabalho eram compostos por mulheres livres, resta pouca dúvida de que serviços escravos ajudavam a liberar as horas de trabalho alocadas à produção têxtil.

Para pouco mais de dois terços dos casos (67,2%) há informações relativas à produção anual e à composição dos grupos de trabalho, permitindo, assim, a elaboração de certas comparações dos níveis de produtividade. Ao que parece, a participação escrava nos grupos de trabalho tendia a aumentar a produção. Escravos participavam de 25,6% de todos os grupos de trabalho e estes grupos foram responsáveis por 33,5% da produção anual total. A produção anual média dos grupos de trabalho que incluíam escravos era de 60,9 varas, enquanto a cifra correspondente aos grupos livres era de 41,7 varas, uma diferença de quase um terço. Tal diferença não significa, no entanto, que o trabalho escravo era de alguma forma inerentemente mais produtivo. É provável que a vasta maioria dos grupos de trabalho livres pertencesse a domicílios que não possuíam escravos, e isto em um período em que o fato de não possuir cativos equivalia a uma declaração de pobreza. Com efeito, muitas das respostas distritais observavam o estado carente dos lares listados. Como anotou um oficial: “...*tecer lhas serve de grande utilidade que a não ter andarião níz principalmente a pobreza que é o mais de que se compoem este Distrito...*” (RAPM, 1995, p. 91) A produtividade mais baixa dos grupos de trabalho livres refletia o fato de as necessidades de subsistência ditarem a alocação das horas de trabalho, reduzindo a produção a níveis de utilidade imediata. Se, no futuro, qualquer excedente se tornasse facilmente comercializável, tais circunstâncias poderiam mudar e os tecidos desempenhar um papel maior na estratégia global de sobrevivência domiciliar.

Vinte e sete dos grupos de trabalho foram identificados como sendo exclusivamente masculinos, embora a maioria consistisse de casos incluindo a dúbia designação dos proprietários homens como tecelões. A produção média anual destes grupos masculinos era de 75,9 varas, substancialmente maior que a média global de 46,6 varas. A inclusão, porém, do excepcionalmente produtivo grupo de trabalho cativo pertencente a Manuel de Oliveira empurrou a média para cima. A exclusão daquele grupo resulta em uma média de 59,6 varas, o que em muito se aproxima da média de todos os grupos de trabalho que incluíam escravos. Isto sugere que os supostos proprietários/tecelões utilizavam, de fato, trabalho escravo na fiação e tecelagem.

Também é possível comparar os níveis de produção entre proprietários masculinos e femininos, embora, mais uma vez, nenhum padrão claro emerja. Dos 840 casos que incluem a produção anual, em 186 (22,1%) os teares são listados como pertencentes a mulheres. Eram responsáveis por 20,9% da produção total. Nos teares femininos tecia-se uma média anual de 44,2 varas, enquanto nos teares masculinos a média era de 47,6 varas. Estas cifras estão muito próximas da média global, de modo que, ao que parece, o gênero dos proprietários teve pouca influência sobre os níveis de produção.

Nada menos que 95,8% das respostas contidas no *Inventário* indicaram que as atividades têxteis domiciliares envolviam qualquer tipo de transação comercial ou não. Em 83,7% destes casos não havia qualquer tipo de comercialização, mais uma vez destacando as ligações da indústria têxtil caseira em Minas com as atividades de subsistência no geral. Relações comerciais eram realizadas em um total de 194 domicílios. De acordo com as respostas, um pequeno grupo de onze domicílios produzia tecidos exclusivamente para colocação no mercado. 81 lares produziam tanto para o consumo interno quanto para o mercado; outros 53 domicílios produziam para o consumo interno e teciam, por uma taxa fixa por vara, fios supridos por terceiros. Quarenta e seis unidades domiciliares se especializavam na tecelagem de fios supridos por seus fregueses, de novo, por uma taxa fixa. Nos três casos restantes, produzia-se pano para o mercado e fios de terceiros eram tecidos. Dessa forma, a produção comercial pura prevalecia em menos de um terço (30,9%) deste reduzido segmento, e estes lares orientados exclusivamente para o mercado perfaziam meros 5,1% do total de domicílios. Os casos nos quais a orientação para o mercado acoplava-se ao consumo interno representavam 11,3% de todos os domicílios. Embora estas porcentagens não sejam particularmente expressivas, elas indicam que a comercialização já era uma opção viável para aqueles lares dispostos a alocar uma parcela substancial do tempo de trabalho à produção têxtil. Se a venda de tecidos constituía uma contribuição razoável à renda domiciliar, tal fato dificilmente passava despercebido por vizinhos interessados em aumentar suas próprias rendas.

Cifras sobre a produção anual de 58 dos domicílios orientados para o mercado estão disponíveis. Como se poderia esperar, a produção média anual era de 95,8 varas, um pouco mais que o dobro da média geral. O que, de certa forma, surpreende é que a participação escrava na produção parcial ou plenamente comercializada era notavelmente baixa. Aparentemente, os grupos que incluíam escravos representavam apenas 13,4% do total, embora alguns destes grupos fossem rotulados como proprietário/tecelão, talvez ofuscando um certo grau de participação escrava.<sup>5</sup> Algumas diferenças, relativamente significantes, se bem que perfeitamente previsíveis, aparecem quando se examinam as cifras da produção anual média para as várias categorias de comercialização. Para o pequeno conjunto de domicílios produzindo tecidos para o mercado e utilizando fios próprios, a produção anual média perfazia 312,5 varas. Esta média foi calculada por meio de uma amostra de meros quatro domicílios e inclui os agora conhecidos tecelões-escravos de Manoel de Oliveira. A média é, portanto, provavelmente exagerada,

---

5. Deve-se notar que estas porcentagens, relativas à participação escrava em grupos de trabalho, estão baseadas em uma amostra maior de 164 domicílios, que inclui lares para os quais não existem cifras sobre produção.

mas também é indicativa dos efeitos da plena orientação para o mercado sobre os níveis de produção. A cifra correspondente aos domicílios que produziam para o consumo interno e teciam os fios de terceiros era de 78,8 varas. Finalmente, produtores tecendo panos com fio próprio e cujo produto era dividido entre consumo interno e vendas apresentavam, em média, 62,5 varas por ano. A base de dados aqui é muito pequena e os cálculos bastante simples. Portanto, fica difícil chegar a conclusões mais contundentes, a não ser a de que o potencial comercial da indústria caseira mineira já se evidencia em 1786. É particularmente frustrante constatar que, até hoje, não foram encontrados inventários relativos a outras regiões brasileiras, impossibilitando a comparação de graus de comercialização, além de inexistir inventários mineiros posteriores que poderiam indicar a evolução da incursão comercial na indústria.

A venda de tecidos e a tecelagem de fios de terceiros por uma taxa fixa, no entanto, não eram as únicas relações de mercado engendradas pela indústria têxtil caseira. A maioria das respostas do *Inventário* não faz menção à origem do algodão utilizado na indústria e pode-se supor que a maior parte desta matéria-prima era cultivada e colhida nas terras dos próprios produtores. Quando os panos eram consumidos internamente, a indústria caseira permanecia contida dentro do circuito fechado da subsistência. Porém, as condições climáticas e do solo variavam consideravelmente nas regiões em tela e o algodão não se adaptava bem a todos os distritos que compõem o *Inventário*. Em algumas áreas, portanto, a produção têxtil dependia parcial ou inteiramente do comércio inter-regional do algodão cru. Em certos casos o algodão trazido por mercadores suplementava os estoques locais, mas em outras áreas a dependência com relação ao comércio era total. De Paraúpeba de baixo, localizado na Vila de Sabará, veio o seguinte comentário: “...*plantão poucoz algudoiñs e da mesma forma colhem pouco principalmente quando ven anno de muita giada que neste cercuito penetra bastantemente...*” (RAPM, 1995, p. 91) No centro urbano de Vila Nova da Rainha alguns lares eram inteiramente dependentes da compra de algodão, enquanto outros suplementavam seus estoques cultivados nas suas terras com compras. (RAPM, 1995, p. 129-30) A mesma situação ocorria nos dois distritos que compunham a sede de Sabará, provavelmente a maior cidade mineira da época. (RAPM, 1995, p. 27-8, 73-5) A dependência com relação ao comércio de algodão não era, porém, apenas um fenômeno urbano, como já se viu no caso do distrito rural de Paraúpeba. Outros distritos rurais, como Morro Vermelho (Vila Nova da Rainha) e Pedra Branca (Sabará), também suplementavam a oferta local com algodão cru remetido de áreas de cultivo mais abundante. (RAPM, 1995, p. 134-5, 159) O comércio de algodão podia atravessar distâncias consideráveis e suprir um mercado variado, como se depura do seguinte trecho da resposta do oficial que presidia em Antonio Dias Abaixo, distrito pertencente à Vila Nova da Rainha:

“Os da relação assima todos tem teares que fazem o numero de vinte e quatro, e tambem plantão seus algodons porem tam poucos que delles não se pode fazer menção, e neste Pais não produzem bem os algons que os moradores para remediarem a sua nudez comprão os algodons que vem do Cuyethé e muitos dos que não tem teares comprão o algodão fião, e mandão tecer isto he couza tam Limitada, que não remedeia aos mesmos que o fião e mandão tecer.” (RAPM, 1995, p. 144)

Cuyethe se situava bem ao nordeste de Antônio Dias Abaixo, de modo que esta observação sugere que o comércio de algodão cru já se encontrava mais ou menos desenvolvido em 1786 e era capaz de suprir grandes áreas. Igualmente importante é a alusão explícita a um segmento da população, aparentemente considerável, que se concentrava na fiação, segmento que, até aqui, apareceu apenas indiretamente em referências de terceiros que pagavam pela tecelagem de seus fios. As implicações são claras. Certas regiões estavam se especializando no cultivo do algodão, num esforço para suprir a demanda de uma dispersa indústria têxtil doméstica, assim alimentando e expandindo as redes de comércio e de transporte já existentes. Ao mesmo tempo, a extensão da indústria teria sido consideravelmente maior do que a que se poderia deduzir de um exame apenas de inventários de teares, já que muitos domicílios produziam apenas fios. Seria demais sugerir que os elementos necessários a uma “decolagem” proto-industrial já se encontravam consolidados em 1786?

Foi possível calcular a renda gerada por atividades têxteis para meros 57 domicílios listados no *Inventário*. Trata-se, é claro, de uma amostra extremamente pequena, cuja representividade pode, ou não, refletir fielmente a escala de rendas percebidas por domicílios envolvidos nos vários graus de relações de mercado. Para piorar a situação, até o momento existem pouquíssimos trabalhos sobre preços nas Minas do século XVIII, de modo que é difícil elaborar comparações significativas. De qualquer forma, a renda anual média foi de 5\$405. Entre os proprietários masculinos de teares a média ficou em 8\$214, enquanto que as proprietárias percebiam 3\$210 para seus esforços na fiação e tecelagem. As maiores rendas foram geradas pelos poucos domicílios que utilizavam fios próprios para produzir tecidos destinados ao mercado: 24\$720 por ano, em média. Com efeito, estes cinco casos geraram nada menos que 40% de toda a renda registrada no *Inventário*. Virtualmente, todos os demais casos se referiam a domicílios que teciam para terceiros, embora muitos também produzissem para o consumo próprio. A renda anual média para este grupo foi de 3\$548. Escravos eram conspícuos por sua ausência dos grupos de trabalho da amostra; apareciam em apenas seis casos. A renda anual média gerada por tecidos nos domicílios que empregavam escravos na produção chegou a 21\$233; o montante correlato para lares cujos grupos de trabalho eram compostos exclusivamente por indivíduos livres alcançou 3\$542.

Embora não seja fácil colocar estas médias em perspectiva, há indícios de que os tecidos poderiam estar contribuindo, de maneira relativamente significativa, para a renda domiciliar global. Alida Metcalf calculou a renda média gerada pelas

colheitas de camponeses e plantadores no ano de 1798 na Vila de Santana de Parnaíba, capitania de São Paulo. As colheitas geravam uma média anual de 2\$080 para os camponeses e 110\$890 para plantadores com plantéis de escravos que cultivavam produtos facilmente comercializáveis, tais como açúcar e algodão. Para o ano de 1775 Metcalf demonstra que o valor médio da produção agrícola de domicílios camponeses variava de aproximadamente 7\$500 para famílias nucleares a cerca de 1\$000 para fogos chefiados por mulheres solteiras. A autora lembra ainda que um escravo adulto masculino, “de primeira”, custava entre 100\$000 e 150\$000 durante o século XVIII.<sup>6</sup> De acordo com um recente artigo de Bergad, na década de 1780 a avaliação média - teoricamente baseada no valor de mercado - de um escravo adulto (de 15 a 40 anos de idade) nos inventários *post mortem* da região de Mariana, Minas Gerais, se situava em pouco mais de 102\$000. (BERGAD, 1994, p. 517) Uma vez que é bastante óbvio que muito poucos domicílios mineiros se concentravam apenas na produção têxtil, a renda média anual gerada pela fiação e tecelagem se compara, favoravelmente, com as rendas camponesas e com os valores da produção agrícola em São Paulo durante o mesmo período. É claro que poucos iriam se tornar ricos por meio da indústria têxtil doméstica, mas parece igualmente claro que sua produção poderia representar uma significativa renda suplementar para os domicílios. Ter-se-ia, aqui, a chave para o aprofundamento das relações de mercado e a continuada disseminação da própria indústria.

## CONCLUSÕES

Embora os dados de Minas Gerais do final do século XVIII não reflitam, necessariamente, o estado da produção têxtil no resto do Brasil, quando aliados às observações de viajantes estrangeiros, eles ao menos sugerem que, em algumas regiões, a indústria caseira poderia ter sido bem mais significativa do que, até aqui, se imaginava. Indiretamente, o *Inventário* demonstra as dimensões consideráveis da indústria têxtil doméstica. Uma vez que a produção parece ter sido inteiramente manual, cada tear e seu tecelão correspondente eram mantidos por um contingente muito maior de fiandeiros que, deve-se recordar, provavelmente também realizavam a separação das sementes do algodão, além de sua cardagem. Ademais, estes fiandeiros auxiliares freqüentemente residiam em lares separados dos que possuíam os teares. Não fica claro exatamente quantos domicílios adicionais eram, deste modo, envolvidos na indústria caseira, mas os dados de Minas apontam para o potencial efeito multiplicador que esta indústria tão intensiva em mão-de-

---

6. METCALF (1992, p. xvi, 80-1, 134-6). A autora também nota que a fiação e tecelagem faziam parte da estratégia de sobrevivência das famílias camponesas paulistas no final do século XVIII (p. 143-7).

obra incorporava.<sup>7</sup> Diante dos indícios de que o Maranhão já exportava panos para o Pará no final do século XVII (DIAS, 1971), ou que, antes do estabelecimento do comércio regular com a Grã-Bretanha, a vestimenta típica dos habitantes do interior nordestino era feita com tecidos caseiros, não se pode presumir que a escala da indústria têxtil doméstica naquelas regiões teria até ultrapassado a de Minas? No caso, é possível que camponeses nordestinos também suprissem as zonas açucareiras litorâneas com tecidos usados para vestimentas de escravos. Da mesma forma, por que motivo a fiação e tecelagem sobreviveriam na cidade do Rio de Janeiro e sua circunvizinhança, certamente a região brasileira mais profundamente afetada pela abertura dos portos ao comércio estrangeiro, senão pelo fato de, anteriormente, tais atividades terem sido disseminadas de maneira generalizada? Nada disto passa, é claro, de conjectura, mas trata-se de conjectura informada que clama por novos estudos.

A evidência exposta até aqui demonstra, consistentemente, que o Alvará teve pouco ou nenhum efeito sobre a indústria têxtil caseira em Minas, simplesmente porque ele não se endereçou ao tecido mais comumente produzido. Quanto à questão sobre a fonte de mão-de-obra para a indústria - os produtores marginais da História Econômica dominada pela lógica do mercantilismo -, os dados de Minas são, ao mesmo tempo, intrigantes e sugestivos. De novo, ainda não se sabe se o viés feminino na composição da força de trabalho na indústria têxtil doméstica constituía ou não um fenômeno peculiar a Minas. A implicação, no entanto, é de que a população feminina, tanto livre quanto escrava, representava um segmento subutilizado da força de trabalho, que poderia ser alocado à produção têxtil destinada ao atendimento das necessidades da subsistência ou ao aproveitamento das oportunidades de mercado que emergiam. Esta noção de que as mulheres eram uma fonte relativamente subutilizada de mão-de-obra, ou um segmento da força de trabalho mais direcionado ao suprimento de necessidades imediatas, empresta uma certa flexibilidade à mulher trabalhadora e não equivale à marginalidade. No contexto de uma recuperação da economia exportadora, ou de diversificação econômica marcada pela substituição de importações e consolidação do mercado interno, parece lógico que mulheres desempenhem um papel cada vez mais importante no desenvolvimento econômico global. Pode-se afirmar que aqui se situaria uma explicação para a distinção entre a indústria caseira orientada para a família da Europa proto-industrial e o viés de gênero na variedade brasileira de indústria doméstica. Naquele caso, para a maioria das regiões, os têxteis representaram a entrada inicial na produção para o setor de exportação, o que

---

7. Dados da década de 1830 revelam que havia 24 fiandeiros para cada tecelão. Se esta mesma razão se repetisse na década de 1780, os teares listados no *Inventário* poderiam estar gerando emprego para algo em torno de 31.000 pessoas. Ver: LIBBY (1988, p. 201).

requeria uma realocação grande, embora gradual, dos fatores de trabalho. No Brasil, a economia de exportação já comandava uma grande parcela da força de trabalho, deixando à mão-de-obra residual e flexível - mas não marginal - as oportunidades que surgiam na economia interna.

Os dados mineiros relativos à produção não demonstram tendências claras e nem poderiam ser simplesmente transpostos para outras regiões brasileiras. Eles sugerem fortemente que a indústria se encontrava na sua infância e que um grande volume de capacidade produtiva em potencial permanecia inutilizado. O fato de a maioria dos teares serem operados apenas durante uma parte do ano destaca a semelhança da indústria têxtil doméstica mineira com os estágios iniciais da proto-indústria européia, na qual a roca e o tear eram manipuladas de acordo com uma sazonalidade, governada pelo calendário agrícola. (VARDI, 1993, p. 130) Como informou um oficial de distrito: “...nos Teares se ocupão as mulheres, e escravas femeas no tempo das muitas chuvas...” (RAPM, 1995, p. 90), sugerindo que uma certa sazonalidade também permeava a produção têxtil em Minas. Nos domicílios onde a produção claramente se voltava para o mercado, no entanto, as estações não mais importavam. Se a orientação para o mercado prevalecia mais em outras regiões do Brasil, é muito provável que aí a sazonalidade não se aplicasse e que a produtividade fosse substancialmente maior. Mais uma vez, urgem novas investigações.

Já que os administradores coloniais estavam particularmente preocupados com a possível comercialização dos tecidos produzidos em escala doméstica, é curioso que o *Inventário* não ofereça informação alguma sobre como a produção era distribuída no mercado, a não ser no caso da tecelagem de fios preparados por terceiros. Na verdade, mercadores, salvo aqueles que lidavam com o algodão cru, se destacam por sua ausência das respostas distritais. Por enquanto, não se tem uma explicação sobre este desinteresse das autoridades pela atuação dos comerciantes. Se novos inventários forem encontrados nos arquivos do Rio de Janeiro e Lisboa, eles poderão jogar luz sobre a participação de mercadores na indústria têxtil doméstica.

É óbvio que, ao ocupar os “braços ociosos” de mulheres e ao eliminar a necessidade de comprar tecidos no mercado, a produção doméstica era bastante compatível com o esquema da chamada agricultura de subsistência. Não obstante, a presença de escravos em muitos dos domicílios mineiros e, com efeito, a participação, proporcionalmente mais freqüente, de fiandeiros e tecelões escravos nos lares que produziam exclusivamente para o consumo interno sugerem que rótulos como “produção de subsistência” ou “estratégias camponesas de sobrevivência” não fazem jus às complexidades do fenômeno em tela. Como já se argüiu, os domicílios produzindo grandes quantidades de pano para o consumo interno fatalmente possuíam um número considerável de escravos e, portanto, não poderiam estar

engajados em uma mera economia de subsistência. Em Minas, pelo menos, e para todas as categorias de domicílios, a produção doméstica deve ter representado uma economia considerável *vis-à-vis* a compra de tecidos importados. A participação na indústria foi, pois, socialmente variada e certamente não se restringia aos domicílios camponeses. Tal variação social distingue, novamente, a indústria têxtil caseira do fenômeno europeu. Dada a ubiqüidade da escravidão no Brasil do século XVIII, a mesma situação certamente se repete em outras regiões, nas quais a produção têxtil doméstica florescia.

De modo geral, o *Inventário* nos permite vislumbrar, de maneira detalhada, mas também frustrantemente sincrônica, uma incipiente indústria têxtil doméstica. De várias maneiras aquela indústria se assemelhava às fases iniciais de um fenômeno que alguns costumam rotular de a proto-industrialização têxtil da Europa pré-fabril, embora certas características a diferenciem da experiência européia. A natureza regionalizada da nossa fonte não permite que se generalize sobre a produção têxtil em todo o Brasil do final do setecentos, mas os achados servem como base para investigações mais abrangentes. É preciso descobrir e analisar mais inventários; se possível, deve-se prosseguir à reconstituição do arrolamento de toda a Colônia. Além disso, porém, para que possamos compreender a evolução da indústria até a chegada da Corte ao Rio de Janeiro e a subsequente abertura dos portos ao comércio estrangeiro outras fontes terão de ser investigadas. Uma vez que, além dos inventários, a documentação oficial lidando com a produção de panos parece ser escassa, será necessário buscar novas fontes. Os testamentos e os inventários *post mortem* seriam escolhas lógicas, muito embora ninguém ignore as complexidades que tais fontes apresentam ao pesquisador. De qualquer forma, não se deve parar aqui.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDEN, Dauril. Late colonial Brazil, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (ed.), *The Cambridge history of Latin America*. v. II, p. 601-660, Cambridge, 1984.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário dos teares existentes na Capitania de Minas Gerais*. Seção Colonial, manuscript, microfilm, 1786.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo, 1980.
- \_\_\_\_\_. A produção econômica. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.), *O império luso-brasileiro, 1750-1822*. Lisboa, 1986, p. 85-153,.

- BARICKMAN, B. J. *The slave economy of nineteenth-century Bahia: export agriculture and local market in the Recôncavo, 1780-1860*. Ph.D. diss., University of Illinois at Urbana-Champaign, 1991.
- BERGAD, Laird W. Depois do boom: aspectos demográficos e econômicos da escravidão em Mariana, 1750-1808. *Estudos Econômicos*, v. 24, n. 3, p. 495-525, set./dez. 1994.
- BRANNER, John C. *Cotton in the empire of Brazil; the antiquity, methods and extent of its cultivation; together with statistics of exportation and home consumption*. Washington, 1885.
- BROWN, Larissa V. *Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterland, 1790-1822*. Ph.D. diss., University of Virginia, 1986.
- BURTON, Richard. *Explorations of the highlands of Brazil with a full account of the gold and diamond mines. Also canoeing down 1,500 miles of the great São Francisco river from Sabará to the sea*. 2 vols. London, 1869.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro, 1957.
- CARVALHO, Daniel de. *Notícias históricas sobre o algodão em Minas*. Rio de Janeiro, 1916.
- CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos de. *Da cor do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro, 1995.
- CHALOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo, 1990.
- DIAS, Manuel Nunes. *A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. 2 vols. Pará, 1970.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, 1992.
- GRAHAM, Maria. *Journal of a voyage to Brazil and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*. London, 1824.
- GULLICKSON, Gay L. Love and power in the proto-industrial family. In: BERG, Maxime (ed.), *Markets and manufacture in early industrial Europe*. London, 1991, p. 205-226.
- KIDDER, Daniel P. *Sketches of residence in Brazil, Embracing historical and geographical notices of the empire and its several provinces*. Philadelphia, 1845.
- KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. Carbondale e Edwardsville, IL, 1966.
- LARA, Silvia. *Campos da violência*. Rio de Janeiro, 1988.
- LEITE, Ilka Boaventura. *Negros e viajantes estrangeiros em Minas Gerais no século XIX*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1986.
- LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, 1988.

- \_\_\_\_\_. Proto-industrialization in a slave society: The case of Minas Gerais. *Journal of Latin American Studies*, v. 23, n. 1, p. 1-36, 1991.
- \_\_\_\_\_. Sociedade e cultura escravistas como obstáculos ao desenvolvimento: notas sobre o Brasil oitocentista. *Estudos Econômicos*, v. 23, n. 3, p. 445-76, set./dez. 1993.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Formação industrial do Brasil: período colonial*. Rio de Janeiro, 1961.
- LUCCOCK, John. *Notes on Rio de Janeiro and the southern parts of Brazil; Taken during a residence of ten years in that country from 1808 to 1818*. London, 1820.
- MAXWELL, Kenneth. *Conflicts and conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808*. Cambridge, 1973.
- MEDICK, Hans. Households and family in agrarian societies and in the proto-industrial system: an approach to the problem. In: KRIEDTE, P., MEDICK, H. & SCLUMBOHM, J. *Industrialization before industrialization..* London e Paris, 1981, p. 38-73.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro, 1982.
- METCALF, Alida C. *Family and frontier in colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Berkeley, Los Angeles e London, 1992.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo, 1980.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo, 1995.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo (colônia)*. São Paulo, 1961.
- REIS, João. *Slave rebellion in Brazil: the muslim uprising of 1835 in Bahia*. Baltimore, 1993.
- REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Ano XL. [Transcrição do "Inventário dos teares existentes na Capitania de Minas Gerais"], 1995.
- SAINTE-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. São Paulo e Belo Horizonte, 1974a.
- \_\_\_\_\_. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo e Belo Horizonte, 1974b.
- \_\_\_\_\_. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. São Paulo e Belo Horizonte, 1974c.
- \_\_\_\_\_. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo e Belo Horizonte, 1975a.
- \_\_\_\_\_. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. São Paulo e Belo Horizonte, 1975b.

- \_\_\_\_\_. *Viagem à província de Goiás*. São Paulo e Belo Horizonte, 1975c.
- \_\_\_\_\_. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo e Belo Horizonte, 1976.
- SCHLUMBOHM, Jürgen. Seasonal fluctuations and social division of labour: rural linen production in the Osnabrück and Bielefeld regions and the urban woolen industry in the Niederlausitz. In: BERG, Maxime, HUDSON, Pat & SONENSCHER, Michael (eds.), *Manufacture in town and country before the factory*. Cambridge, 1983, p. 93-123.
- VON SPIX, Johann Baptist & VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil*. 2 vols. São Paulo, 1976.
- VARDI, Liana. *The land and the loom: peasants and profit in northern France, 1680-1800*. Durham e London, 1993

---

Uma versão do presente artigo foi publicada na *Latin American Research Review*, v. 32, n. 1, February 1997.

(Recebido em abril de 1996. Aceito para publicação em outubro de 1996).